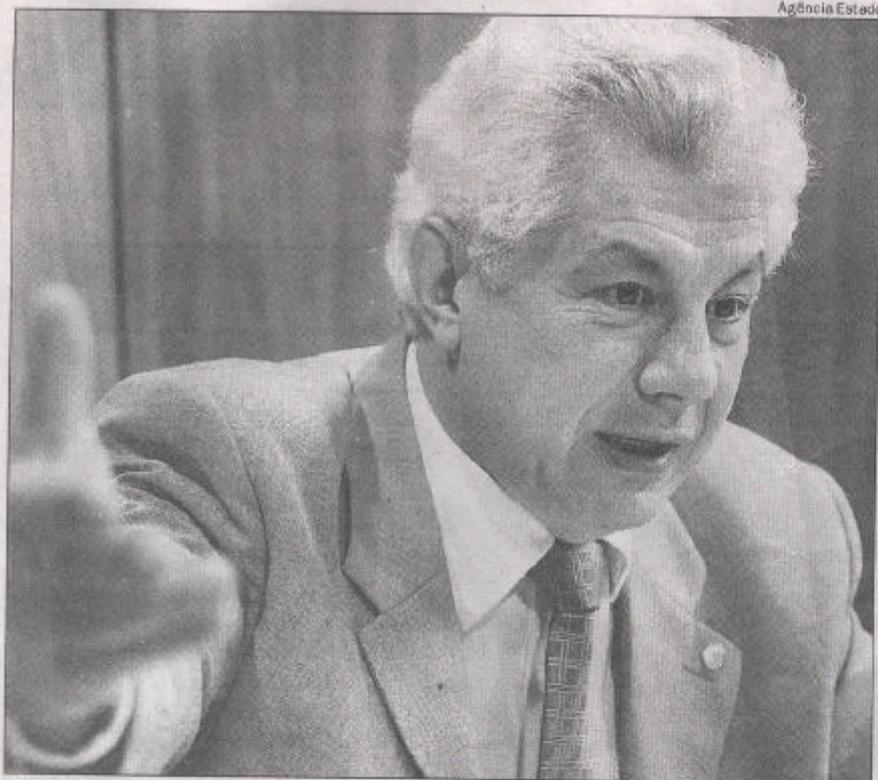


Agência Estado

Arquivo



ARLINDO CHINAGLIA (à esquerda) vai cobrar avaliação de líderes dos partidos para derrubar a proposta de aumento de Rodrigo Maia

Governo toma precauções para aprovar salário mínimo

Aldo Rebelo fará levantamento de votos da bancada governista para evitar surpresas

LUIZ QUEIROZ E
PAULO DE TARSO LYRA

BRASÍLIA - Líderes de partidos que apóiam o governo devem se reunir hoje com o ministro da Coordenação Política, Aldo Rebelo, para fazer um levantamento dos votos que as bancadas têm em favor da Medida Provisória 182, que fixou o salário mínimo de R\$ 260. Há preocupação das lideranças quanto à possibilidade de senadores e deputados apoiarem propostas acima do patamar estipulado, quando a matéria estiver no plenário das duas Casas.

O líder do PT na Câmara, Arlindo Chinaglia (SP), afirmou ontem que vai cobrar dos líderes governistas uma avaliação política para evitar sustos na votação da MP do mínimo.

O relatório do deputado Rodrigo Maia (PFL-RJ) precisa

ser votado, na Comissão Especial, até quinta. O pefelista não deverá manter o salário mínimo em R\$ 260.

- Cabe à bancada governista derrotar o parecer ou não dar quorum na sessão de quinta - revelou o líder petista.

Chinaglia voltou atrás ontem e fez nova modificação na composição do PT na comissão especial do mínimo. Inicialmente, ele e os deputados Ivan Valente (PT-SP), Fernando Ferro (PT-PE) e Ângela Guadagnin (PT-SP) iriam assumir a tarefa como líder e vice-líderes, para evitar surpresas.

Agora, em seus lugares, entram os deputados Virgílio Guimarães (PT-MG), Luiz Sérgio (PT-RJ), Paulo Rocha (PT-PA) e Ricardo Zarattini (PT-SP). Isso, entretanto, não significa que o PT possa mudar o voto, pois praticamente todos os parlamenta-

res indicados pelo líder apóiam firmemente o governo.

O líder do PFL na Câmara, José Carlos Aleluia (BA), negou que o acordo fechado entre oposição e bancada governista incluía a substituição, em plenário, do relator da Comissão Especial, Rodrigo Maia (RJ). Aleluia lembrou que as condições impostas para o fechamento do acordo que permitiu a desobstrução da pauta são a realização de duas votações nominais e a garantia de funcionamento da própria comissão.

- Trabalhamos para votar o relatório do Rodrigo, mas não temos maioria. Sabemos que, se o governo quiser obstruir a votação, não temos números para competir - reconheceu.

No Senado, o PT teve ontem mais uma surpresa quando a senadora Serys Slhessarenko (MT) assumiu publicamente o

compromisso de lutar pelo aumento do reajuste do mínimo. Explicou que, embora deva adotar a mesma postura do senador Paulo Paim (PTRS), isso não significa que esteja atacando a estabilidade econômica.

- Assumo esta atitude sem medo de parecer que estarei fazendo coro com a oposição num processo de desestabilização do governo Lula - disse a senadora, explicando que este foi um compromisso de campanha que assumiu junto com Lula.

Hoje, a comissão especial do mínimo reúne-se às 10h, em audiência pública. Estarão presentes Márcio Pochman, secretário municipal do Trabalho de São Paulo; o economista Raul Velloso; o consultor da Fundação Getúlio Vargas, Marcelo Néri; e o presidente da Confederação dos Aposentados e Pensionistas, João Lima.